



XV COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA – CIGU

Desafios da Gestão Universitária no Século XXI

Mar del Plata – Argentina

2, 3 e 4 de dezembro de 2015

ISBN: 978-85-68618-01-1

TÃO LONGE EM TÃO PERTO: UM ESTUDO DE CASO DA UTILIZAÇÃO DE TICS NO MESTRADO PROFISSIONAL DE GESTÃO E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

MARCOS TANURE SANABIO

UFJF

marcos.tanure.sanabio@gmail.com

JULIANA ALVES MAGALDI

UFJF

jmagaldi@caed.ufjf.br

ELIANE MEDEIROS BORGES

UFJF

mbirges.eliane@gmail.com

Resumo – O presente artigo objetiva analisar a utilização das Tecnologias e Informação e Comunicação (TICs) no Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública (PPGP/CAEd/UFJF), da área de Educação (CAPES) que possibilitou a inserção na formação de pós-graduação *stricto sensu*, de 790 mestrandos, em 6 turmas (2010, 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015), oriundos de 24 instituições públicas e privadas, de 12 estados brasileiros e dos Governos de Angola e Moçambique. Essa formação se deu a partir de metodologias pedagógicas inovadoras, como, da oferta de disciplinas online/presenciais e a elaboração de estudos de casos para realização dos trabalhos de conclusão de curso, com suporte de tecnologias online. Proposta inovadora que busca umas práxis de convivência entre o mundo acadêmico e profissional e uma formação qualificada e reflexiva, que transforma “tão longe em tão perto”.

Palavras-chave: Tecnologia da informação e comunicação, Mestrado profissional, Educação, Educação pública.

INTRODUÇÃO

O artigo pretende apresentar a experiência do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública (PPGP/CAEd/UFJF) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), da área de Educação, conforme classificação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) na apropriação das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) no processo de formação.

A representatividade dos Mestrados Profissionais (MP) no campo da formação da pós-graduação *stricto sensu* é relativa e inicial. Os dados consolidados pelo Sistema Nacional de Pós-graduação (SNPG), atualizados em 2015, demonstram que, dos 5.812 cursos de Pós Graduação, 3.226 são mestrados acadêmicos (56%), 1.997 são doutorados acadêmicos (34%) e 589 são mestrados profissionais (10%).

Na análise dos conceitos atribuídos pela CAPES, considerando que os MPs obtêm, no máximo, conceito 5, a situação é preocupante. Dos 589 MPs, a grande maioria é conceito 3, com 70%, com conceito 4, 24%, e apenas 6%, com conceito 5. A comparação com o total dos cursos acadêmicos e profissionais justifica a relatada preocupação, pois a relação entre os conceitos de 3 a 7 são na ordem de 27%, 38%, 20%, 9% e 5%, respectivamente, conforme demonstrado na Tabela 1

Tabela 1: Conceitos dos cursos de pós-graduação

Conceitos	Totais de Cursos de pós-graduação							
	Total		M		D		P	
	Qte	%	Qte	%	Qte	%	Qte	%
3	1.579	27%	1.121	35%	47	2%	411	70%
4	2.224	38%	1.118	35%	961	48%	145	24%
5	1.186	20%	578	18%	575	29%	33	6%
6	535	9%	265	8%	270	14%	0	0%
7	290	5%	145	4%	145	7%	0	0%
Total	5.814	100%	3.227	100%	1.998	100%	589	100%

Fonte: adaptado de SNPG/CAPES, 2015

Considerando as 49 áreas de avaliação da CAPES, os MPs são ofertados em 46 áreas, excetuando-se (i) Antropologia/Arqueologia, (ii) Filosofia/Teologia, Subcomissão Filosofia e (iii) Serviço Social. Observa-se, ainda, que três áreas de avaliação: (i) Interdisciplinar, (ii) Ensino e (iii) Administração, Ciências Contábeis e Turismo destacam-se pela oferta dos cursos, ficando a área da Educação em 4o lugar, com 33 cursos ofertados, correspondentes a um percentual de 10,4%, conforme exposta na Tabela 2.

Tabela 2: Distribuição dos MPs por área de Avaliação da CAPES

N.	ÁREA AVALIAÇÃO	Qte	%
1	INTERDISCIPLINAR	79	13,4%
2	ENSINO	67	11,4%
3	ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	61	10,4%
4	EDUCAÇÃO	33	5,6%

Fonte: adaptado de SNPG/CAPES, 2015

Para que essa experiência seja compreendida em sua totalidade, o artigo na sua seção 1 descreve a práxis do PPGP/CAEd/UFJF. A seção 2 é destinada ao detalhamento da utilização das TICs no mestrado profissional, em recorte especial, das disciplinas online/presencial e do trabalho final (dissertação), e o papel da tecnologia como peça chave que permite a execução

de uma proposta de amplitude territorial tão vasta. Por fim, as considerações finais e as referências utilizadas no trabalho.

1. PRÁXIS DO MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

O Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública (PPGP/CAEd/UFJF) foi constituído a partir dos esforços realizados no âmbito da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) no sentido de proporcionar uma maior aproximação entre a instituição e as redes públicas de ensino de educação básica, mediante à oferta de formação de educadores e gestores educacionais em níveis cada vez mais elevados (SANABIO E MAGALDI, 2014 e 2015) de 790 mestrandos, em 6 turmas (2010, 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015), oriundos de 24 instituições públicas e privadas, de 12 estados brasileiros e dos Governos de Angola e Moçambique.

O PPGP/CAEd/UFJF se vincula diretamente ao Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd), associado à Faculdade de Educação da UFJF. O CAEd é um centro de avaliação, formação, gestão e pesquisa na área de gestão da educação pública e no desenvolvimento de tecnologias de administração escolar, com atuação em parceria com redes educacionais do Governo Federal, Estaduais, Municipais e organizações (CAEd, 2015).

A inserção social do CAEd/UFJF, e por consequência do PPGP/CAEd/UFJF, é relevante através de Programas de Avaliações Educacionais, Programas de Avaliação Especial, Programas de Formação nas modalidades presencial e EaD e desenvolvimentos de softwares aplicados as Redes de Ensino, em parcerias com as Secretarias Estaduais de Educação de Minas Gerais, do Rio de Janeiro, do Rio Grande do Sul, do Ceará, de Pernambuco, do Acre, do Amazonas, de Goiás, do Mato do Grosso do Sul, do Piauí, de São Paulo, do Espírito Santo, de Rondônia, da Paraíba, do Paraná, da Bahia e do Pará. Como, ainda, ações e atividades realizadas nos municípios de Belo Horizonte/MG e Ipojuca/CE. Parcerias com o Instituto UNIBANCO, a Fundação Roberto Marinho, o INEP, o SENAI e o SESI completam a lista de interfase do Programa.

Pardim e Maccari (2014) ao analisarem o PPGP/CAEd/UFJF, em publicação da RBPG, intitulada de **A educação online na pós-graduação *stricto sensu*: a experiência de um Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública** retratam fielmente a criação do curso:

“... a UFJF, enviou à Capes, no ano de 2009, a proposta do Programa de Pós-Graduação Profissional (PPGP) em Gestão e Avaliação da Educação Pública, a ser oferecido na modalidade semipresencial. Aprovado na área de educação, com conceito 3, este curso atende o que preveem o PNPQ e a Portaria nº 286, de 21 de março de 2011, pois visa melhorar a educação pública brasileira, formando profissionais capazes de atuar à frente de instituições de ensino, desde a educação infantil até o ensino médio, uma vez que o setor educacional é estratégico para o desenvolvimento social, econômico e cultural da sociedade brasileira.”

A única e exclusiva ressalva é que atualmente, o programa atende profissionais vinculados ao ensino superior, prioritariamente da UFJF, com outros mestrandos da Universidade Federal de Viçosa (UFV), Instituto Federal do Paraná (IFPR), do Ministério da Educação (MEC) e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Barros, Valentim e Melo (2005) ao identificarem que há procura pelos MPs para formações e capacitações de pessoal ser realizado por profissionais colocados, seja no setor público ou privado para aprimoramento do conhecimento, e com ênfase na descoberta de soluções para sua área de interesse, sem necessariamente enveredar por mestrados acadêmicos. Sendo assim, a leitura do projeto pedagógico do PPGP/CAEd/UFJF coaduna

com os autores, pois o seu objetivo é proporcionar os conhecimentos, desenvolver as competências e habilidades, além de promover as qualidades profissionais necessárias ao exercício eficiente dos novos papéis que são atribuídos ao gestor da educação pública. De modo geral, inscreve-se nas políticas que têm por objetivo o estabelecimento de padrões de desempenho para diretores de unidades de ensino, base para a implantação de programas de avaliação da gestão escolar e de certificação profissional (SANABIO E MAGALDI, 2014 e 2015)

Fischer (2005, p. 24) corrobora com a questão, ao ensinar que “aprendizagem pela experiência, pela prática ou a partir das práticas está no centro das discussões na formação de gestores”. A autora colabora na compreensão do fenômeno dos MPs, ao classificar o tipo de curso em dois modelos: generalista e focalizado. O modelo generalista afeito à área da Administração, se propõe à formação estratégica de profissionais e revisão de práticas gerenciais exercidas pelos mestrandos. Já o modelo focalizado forma e capacitam profissionais de setores específicos, como das áreas de saúde, educação, entre outros. A procura destes profissionais, em geral, é para solucionar e resolver questões focais, em determinadas situações, instrumentais e de políticas públicas.

Ao cotejar as explicações de Fischer (2005) e os objetivos do PPGP/CAEd/UFJF cria-se uma relação direta, podendo-se atribuir ao curso o modelo focalizado.

Vencidos os debates sobre importância dos MPs, tanto na formação de profissionais cujos mestrados não irão compor quadros do ensino superior, ou mesmo as suas tipificações e modelos, é fundamental descrever e discutir a organicidade do PPGP/CAEd/UFJF,

O PPGP/CAEd/UFJF é formatado em única linha de concentração: Gestão da Educação Pública. São quatro as linhas de pesquisa: 1. Modelos, Instrumentos e Medidas Educacionais; 2. Gestão, Avaliação e Reforma da Educação Pública; 3. Equidade, Políticas e Financiamento da Educação Pública e 4. Avaliação, Currículos e Desenvolvimento Profissional de Gestores e Professores da Educação Básica.

Desse cenário, decorre uma valorização crescente do papel do gestor da educação pública. O diretor da escola vê-se frente a um contexto de maior liberdade para tomar decisões, especialmente no que diz respeito às estratégias pedagógicas e aos programas de ensino, e a consequente responsabilização pela realização dos objetivos da escolarização básica, muitas vezes, objeto de acordos de metas específicos com o poder público.

Por sua vez, o gestor que atua nas estruturas municipais, regionais e estaduais da administração da educação pública vê-se obrigado a lidar com novos processos de coordenação e avaliação do trabalho desenvolvido nas escolas, distanciando-se do modo burocrático tradicional, centrado no controle de processos administrativos e na fiscalização do cumprimento de uma infinidade de normas, muitas vezes inócuas, e oferecer o suporte necessário às escolas e aos seus profissionais, por meio de programas e políticas públicas desenhadas para corrigir deficiências e promover a qualidade do ensino, para o que também é essencial a definição de prioridades e objetivos, o monitoramento da execução e a avaliação dos resultados e a elaboração cuidadosa dos orçamentos da educação pública.

2. TICs e PPGP/CAEd/UFJF

A utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) é uma das características marcantes e inovadora do PPGP/CAEd/UFJF. Trataremos das disciplinas, do trabalho final e da dimensão das turmas do curso, que assumem tal proporção, única e exclusiva pela adoção de tecnologias online.

2.1 AS DISCIPLINAS

A partir de 2013, o PPGP/CAEd/UFJF implanta uma nova estrutura curricular decorrente

de um processo de avaliação interna e da experiência dos anos de 2010 a 2012, parametrizada na concentração das disciplinas no 1º ano e uma maior disponibilidade dos mestrandos, no 2º ano para realização da sua dissertação.

O mestrando precisa integralizar 38 créditos, sendo 1 crédito equivalente a 15 horas/aula, distribuídos em grandes grupos de disciplinas, a saber:

1. Formação Profissional, 10 créditos
2. Estudos Transversais, 6 créditos
3. Formação Básica, 3 créditos
4. Tópicos Especiais, 7 créditos
5. Dissertação, 12 créditos

De acordo com o modelo híbrido de organização curricular do PPGP/CAEd/UFJF, as disciplinas são ofertadas em dois tipos de modalidade: presencial/online e presencial. As disciplinas da modalidade presencial/online são todas de 2 (dois) créditos, distribuídas em 16 horas online e 16 horas presenciais. Estão neste grupo específico as disciplinas dos grupos de Formação Profissional e Estudos Transversais.

À guisa de explicação das disciplinas na modalidade presencial/online apresenta-se a seguir sua modelagem. As disciplinas são iniciadas na semana presencial, quando os docentes fazem uma breve apresentação dos conteúdos, das atividades online e presenciais, bibliografias, e invariavelmente, discutem assuntos inerentes aos temas a serem tratados. Após, inaugura-se a fase online desenvolvida em 16 (dezesesseis) semanas, distribuídas em 8 (oito) blocos/temas quinzenais. A presente fase (online) é suportada por um Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), no software livre Moodle, para turma 2013 no endereço eletrônico <http://www.ppgp2013.caedufjf.net/login/index.php>, e para turma 2014, em <http://www.ppgp2014.caedufjf.net/login/index.php>.

Nas atividades online é utilizada uma coleção de recursos e mídias digitais didáticas, como: textos e artigos científicos, vídeo-aulas, podcast, multimídias, fóruns de discussão, tarefas (trabalhos específicos), Laboratório de Avaliação (recurso do Moodle), Wikis, entre outros. A responsabilidade pela produção dos recursos e mídias do PPGP/CAEd/UFJF fica a cargo de um setor de Design Instrucional, especialmente criado no CAEd para essa função. Os materiais são concebidos pelos docentes responsáveis pelas disciplinas.

A mediação nas disciplinas na fase online é realizada pelos docentes assessorados por agentes de suporte acadêmico (ASA), que exercem a função de tutoria. Estes são mestres ou doutores, com aderência ao conteúdo das disciplinas de que participam. As equipes das disciplinas (docente e ASAs) realizam reuniões pedagógicas semanais para o acompanhamento da disciplina, planejamento e correção das avaliações. É importante relatar que as turmas são divididas em grupos de no máximo 30 alunos, ficando, assim, cada ASA responsável por uma turma.

No encontro presencial que ocorre após a fase online, os mestrandos realizam atividades presenciais da disciplina, quando o docente completa os conteúdos e/ou revisa os conteúdos da fase online. No momento presencial, são realizadas avaliações, seja com provas ou trabalhos. Para aprovação na disciplina o mestrando precisa obter o mínimo de 70% da pontuação, conforme Regimento Geral da Pós-Graduação/UFJF, sendo que, as avaliações online totalizam no máximo 49%, e as avaliações presenciais no mínimo de 51% dos pontos distribuídos.

A experiência com as disciplinas da modalidade presencial/online que combina momentos online e presenciais tem se revelado muito promissora. Ao mesmo tempo em que a tecnologia cria possibilidades de aproximação entre docentes/ASAs e mestrandos nas disciplinas nos momentos online, pelo uso de recursos e mídias digitais, os momentos presenciais são enriquecidos pelo emprego de tecnologias na sala de aula, o que torna o

processo de ensino mais dinâmico e atrativo. A possibilidade de lidar com atividades que envolvem leitura e análise de dados, estabelecimento de metas de escolarização e definição de medidas de política educacional em casos fictícios elaborados para as atividades, discussões e avaliações das disciplinas é mais um aspecto de inovação do PPGP/CAEd/UFJF. As referências bibliográficas vindas da produção acadêmica de pesquisadores brasileiros e estrangeiros se associam a exercícios práticos que pretendem desenvolver habilidades necessárias ao gestor da educação em um contexto altamente desafiador – a urgência de oferecer educação pública de qualidade. De modo resumido apresentamos a estrutura curricular padrão, conforme figura 1:

Grade Curricular

1	Presencial/online	Temas de Reforma da Educação Pública	Administração e Financiamento da Educação Pública	Legislação e Políticas Locais	Práticas de Gestão: Estudo de Caso
	Presencial	Educação e suas tecnologias			
2	Presencial/online	Avaliação e Indicadores Educacionais	Liderança Educacional e Gestão Escolar	Gestão Pedagógica na Educação Matemática Ou Gestão Pedagógica para o Letramento	Dissertação I
	Presencial	Histórias de Vida e Profissão	Optativa 1	Optativa 2	
3	Presencial/online	Gestão do Currículo na escola			Dissertação II
	Presencial	Oficina de Arte	Optativa 3	Optativa 4	Optativa 5
4	Presencial/online				Dissertação III
	Presencial		Optativa 6	Optativa 7	Optativa 5

Figura 1: Grade curricular padrão do PPGP/CAEd/UFJF
Fonte: Elaborado pelos autores

As tecnologias de informação e comunicação (TIC) têm sido empregadas nos momentos online do curso. Isso compõe o que chamamos de um modelo híbrido de currículo. O emprego de tecnologia tem servido para aproximar estudantes e professores nos momentos em que esses se encontram dedicados às suas atividades de gestores.

As possibilidades criadas pela Web 2.0 permitem o compartilhamento de recursos multimídia que aproximam professores e estudantes quando estão fisicamente afastados. Uma equipe de designers instrucionais desenvolve recursos como leituras multimídia (slides com recursos em flash, links direcionados a textos e vídeos), que permitem a movimentação dos estudantes por diferentes materiais didáticos digitais. Podcasts transmitem seminários realizados entre os professores das disciplinas e os agentes de suporte acadêmico, seus auxiliares para a mediação de conteúdos. O curso é oferecido no que se convencionou chamar de modelo híbrido de educação, compreendendo a hipermodalidade, múltiplos recursos tecnológicos e encontros presenciais.

Tal constatação é defendida por Beloni (2009), ao relatar que as TIC apresentam uma contemporaneidade, tanto nacional, como internacional para atender o processo de formação de uma sociedade moderna. Para Borges (2010, p. 57), os AVAs na sua maioria a partir da Plataforma Moodle proporcionam recursos síncronos e assíncronos, como, por exemplo, fóruns, chats, wikis, entre outros. A autora, afirma simbolicamente, “no lugar da distância, presenças”. Preti (2010, p. 4) corrobora com Borges (2010), ao afirmar, categoricamente, “podemos falar em EDUCAÇÃO SEM DISTÂNCIAS! Não somente porque é possível ser realizada, como por ser bandeira de luta a serem levados adiante para as próximas décadas, por nós, educadores!”

Um dos espaços que revelam toda a potencialidade da formação no PPGP através das TIC são os fóruns de discussão das disciplinas, onde interagem professores, alunos/gestores e

ASAs. Esse espaço de interação é calcado nas leituras teóricas, mas também nas experiências educacionais que permite um intercâmbio contínuo entre os envolvidos.

Ainda, Borges (2010) ensina que a distância entre os discentes e docentes requer a utilização de recursos pedagógicos, com a produção de materiais didáticos para as disciplinas, em um processo contínuo de experimentação e aprimoramento.

Para Moura Castro (2005, p. 20) a utilização de tecnologia e da modalidade semipresencial ou online/presencial é um recurso pedagógico válido para os MPs. Partindo da constatação que os mestrandos são sujeitos, na sua maioria, maduros e com um grau de motivação elevado, que trabalham e com família, as estruturas didáticas dos cursos apoiadas por TICs, racionalizam o ensino na otimização do tempo dos mestrandos, e o avanço destas ferramentas torna os cursos eficientes e eficazes, com qualidade. A legitimação dos meios tecnológicos, na interpretação de Moura Castro (2005), “não pode continuar a ser uma cruzada, uma guerra santa, sempre perdida!”.

Fischer (2005, p.28) questiona: Ensino convencional ou simulação? Ensino presencial e semipresencial, em resumo, a autora afirma que um MP deve ser norteado “por princípios de flexibilidade, organicidade, inovação e aplicabilidade. Esse parece ser o maior desafio”.

A Figura 2 demonstra o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), da disciplina Administração e Financiamento da Educação Pública, em especial os conteúdos programáticos da 2ª quinzena, intitulado de Gestão Social. Observa-se, ainda, que como relatado anteriormente, as disciplinas online/presencial são ministradas em 8 quinzenas.



Figura 2: Disciplina Administração e Financiamento da Educação Pública, rótulo inicial
Fonte: PPGP/CAEd/UFJF, 2015

Na Figura 3 são descritos as atividades e indicações de leituras para a 2ª quinzena.



Figura 3: Disciplina Administração e Financiamento da Educação Pública, descrição
Fonte: PPGP/CAEd/UFJF, 2015

Na Figura 4 visualizam-se os materiais didáticos, sendo um Podcast, uma vídeoaula, os textos para leitura e o Fórum para discussão.

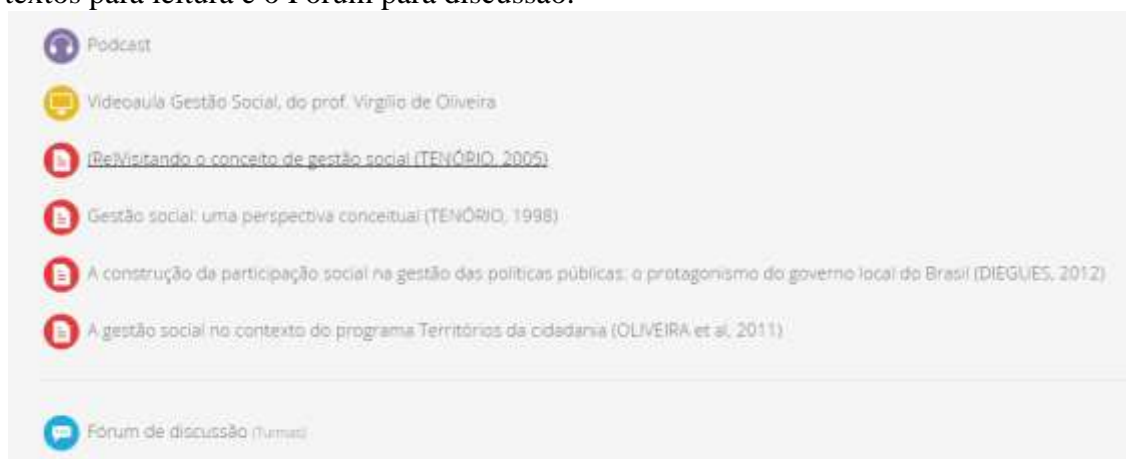


Figura 4: Disciplina Administração e Financiamento da Educação Pública, materiais
Fonte: PPGP/CAEd/UFJF, 2015

2.2 TRABALHO FINAL/ESTUDO DE CASO: UMA EXPERIÊNCIA INOVADORA DE FORMAÇÃO NA ORIENTAÇÃO E NA UTILIZAÇÃO DAS TIC

Dentre as disciplinas obrigatórias, destacam-se quatro que se constituem como a espinha dorsal do mestrado no tocante à produção discente das dissertações. Tais disciplinas são oferecidas nos quatro semestres do curso respeitando a seguinte ordem: Estudo de Caso, Dissertação I, Dissertação II e Dissertação III. De modo esquemático, a Figura 5 apresenta o sequenciamento das disciplinas e sua vinculação com o trabalho final do mestrado profissional.

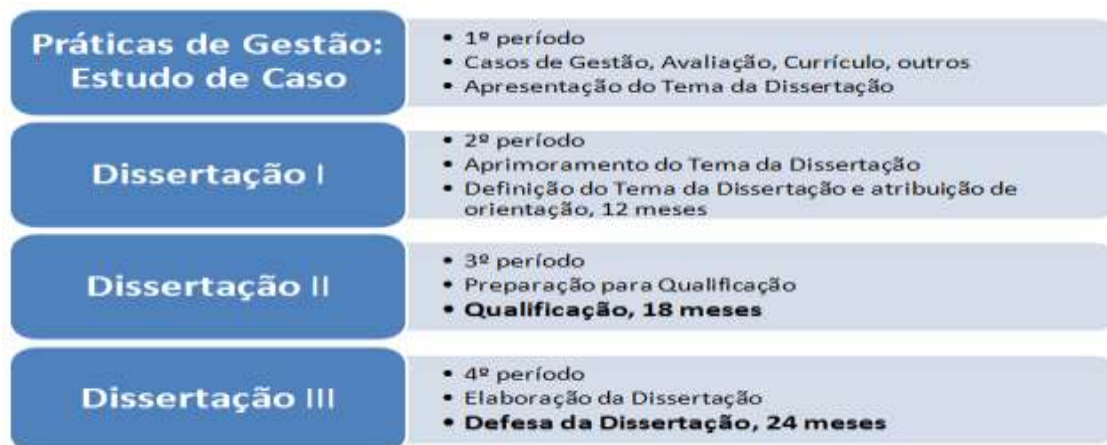


Figura 5: Disciplinas vinculadas ao trabalho final/Estudo de Caso

Fonte: Elaborada pelos autores

Antes do detalhamento da metodologia e das disciplinas, cabe retornar as discussões entre as diferenças ou possíveis diferenças dos mestrados acadêmicos e profissionais, pela via do trabalho final (MOURA CASTRO, 2005; FISCHER, 2005). Iniciamos com Moura Castro (2005, p. 19), que ilustra o perfil dos mestrados nos MPs, compostos por profissionais, empregados de empresas, servidores públicos, professores que desejam avançar no conhecimento. Em tom sarcástico, o autor infere que estes profissionais trabalham, tendo somente, as noites, finais de semanas e férias para estudar. Agrega-se, como no caso do PPGP/CAEd/UFJF, o fato de que todos tem famílias, esposas (os), companheiros (as), filhos (as) e susceptíveis às enfermidades e contratemplos. Alerta o autor que, se uma Universidade deseja criar um MP, deve estar consciente e aceitar, tais condições.

A Profa. Tânia Fischer (2005, p. 28) aponta alguns tabus vivenciados na academia. O primeiro, da não valorização dos cursos acadêmicos pelas práticas profissionais a partir de experiências no mundo real. Um segundo motivo seria a maior valorização da pesquisa e da produção bibliográfica, e não da produção tecnológica ou técnica. Um terceiro motivo do trabalho final do MP que se assemelha às dissertações acadêmicas. A procura de uma metodologia apropriada e própria para o trabalho final é a meta: “o seu conteúdo pode incluir, por exemplo, resultados de estudos de casos, desenvolvimentos e descrição de metodologias, tecnologias e softwares, patentes que decorrem de pesquisas aplicadas”

Para entendermos a trajetória percorrida pelo discente nessas disciplinas que se inicia com “Práticas de Gestão: estudo de Caso” é fundamental que apresentemos a metodologia eleita pelo Programa como a ideal para a construção das dissertações com fins de intervenção: a metodologia do Caso que foi adotada no programa se estabeleceu a partir do acordo de cooperação com a Graduate School of Education, da Universidade Harvard. Ela tem como base os casos de ensino habitualmente usados nas áreas de Administração e Direito e adotados em Harvard na área de Educação. Aplicado nas universidades brasileiras, o método de estudo de caso passa a ser denominado de *case*. Conquista notoriedade nos mesmos campos em que antes fora aplicado na Universidade de Harvard, em cursos de graduação em Direito, Administração e na área médica.

O método de caso como ferramenta de ensino possibilita ao futuro profissional uma percepção mais apurada das questões e dos problemas a serem enfrentados por ele no mercado de trabalho. Nesse sentido, torna-se uma ferramenta em potencial para as demandas impostas à academia contemporânea que, cada vez mais, volta-se à formação de um profissional autônomo e dinâmico frente ao mercado de trabalho.

Entendemos que essa ferramenta de ensino possibilita ao estudante tornar-se

responsável pela construção de seu próprio conhecimento, na medida em que ele é retirado de um modelo de pensamento oficial sancionado de cima para baixo, para um pensamento em que ele próprio deve ser capaz de interpretar uma multiplicidade de significados a ele impostos.

No PPGP/CAEd/UFJF adotamos o método de estudo de caso como uma ferramenta que possibilita ampla discussão entre alunos, professores e tutores, de modo que se estabeleçam relações entre a perspectiva teórica e a dimensão prática do caso analisado. Mas, fazemos isso dialogando com a proposta do estudo de caso qualitativo mais adotado na área de ciências sociais, especialmente, na Antropologia.

A diferença dessas abordagens pode ser percebida na forma como enunciamos a questão. Enquanto o primeiro método é utilizado como ferramenta pedagógica, ou seja, voltado para o ensino, este método destina-se à pesquisa. Apesar dessa diferença, existe entre os métodos uma complementaridade, pois ambos se estruturam em torno do olhar sobre um contexto empírico específico.

A opção feita no PPGP/CAEd/UFJF é pela elaboração de caso por parte dos mestrandos que tenham como protagonista um gestor. Por esse prisma se assemelha ao caso de ensino, mas por outro lado devem ser casos empíricos. A apropriação dos dados sobre esse caso é realizada através de pesquisa que dialoga com o método de estudo de caso, mas não se restringe a ele, incorporando, dependendo da temática e da extensão do caso, técnicas quantitativas de pesquisa.

O resultado são casos empíricos, ricos em descrição, que podem ser usados por outros gestores para pensarem as suas realidades e que trazem ao final uma proposição de intervenção na realidade pesquisada.

Sendo assim, os alunos, no seu primeiro semestre, convivem intensamente com o método, conhecendo casos que os fazem questionar problemas do seu cotidiano profissional, utilizando como elemento ampliador das alternativas para os gestores o conhecimento que é apresentado nas demais disciplinas do semestre. Ao fim dessa disciplina, o aluno iniciará o processo de definição do caso de gestão que pesquisará em sua dissertação. Esse caso deve, preferencialmente, ter lugar no ambiente de trabalho do docente para que o mesmo possa problematizar a sua prática profissional.

Na disciplina **Dissertação I**, que possui um cunho metodológico, o discente é levado a construir o seu caso. Para fazer isso ele deve sofisticar o seu olhar, uma vez que passa a levar em conta ângulos antes negligenciados. Ao final desse semestre, ou seja, ao fim do primeiro ano de mestrado, o caso deve estar bem delineado e descrito, com base em evidências claras. Dessa forma, em um ano de curso, a grande maioria das disciplinas obrigatórias, com exceção de Liderança Educacional e gestão Escolar e das eletivas já foram cursadas. Isso permite ao aluno o diálogo com esse referencial e a construção do caso que irá investigar a partir dessa interação. Esse caso deve estar baseado em um problema de pesquisa que deve ser empírico e posto para um gestor educacional.

Na disciplina de **Dissertação II** o discente desenvolve a dissertação na parte descritiva e analítica. O semestre é concluído com as bancas de qualificação daqueles que conseguiram atingir o nível estabelecido pelo Programa. No último, os alunos cursam **Dissertação III**, esse é o momento de absorver as considerações da banca de qualificação e do desenvolvimento do plano de intervenção.

Outro ponto que merece ser destacado é a forma como a orientação é operacionalizada no PPGP. Contamos como nos demais programas com a orientação dos professores permanentes e dos colaboradores, mas para auxiliar esses profissionais temos uma equipe denominada Núcleo de orientação institucional. Os profissionais que atuam no Núcleo são mestres e doutores nas grandes áreas as quais os professores do PPGP se vinculam, a saber,

Educação, Administração e Ciências Sociais. Desses, 9 atuam presencialmente 40 horas semanais, e são chamados de Suporte Acadêmico, outros 14 atuam 15 horas à distância e 5 horas presenciais, são denominados assistentes de orientação, todos dedicando-se às orientações das dissertações.

A dinâmica da interação à distância demanda, por sua vez, a mediação contínua através da plataforma Moodle, espaço no qual toda a pesquisa e o texto da dissertação são construídos. A orientação através dos textos, como é feito na plataforma exige mais tempo disponível do que a modalidade tradicional no qual os encontros podem ser frequentes.

2.3 TURMAS E AMPLITUDE

Importante salientar, que a utilização da TIC foi e será uma estratégia pedagógica para suporte a proposta do mestrado profissional, considerado como uma formação em larga escala, com qualidade. O tabela 3 apresenta a amplitude do corpo discente, como um número representativo de 790 alunos, em 6 turmas, vinculados à 24 instituições dos governos municipais, estaduais e federais, dos governos de Angola e Moçambique, UNIBANCO, FADEPE e franqueados (demanda aberta).

Tabela 3: Turmas ano, vagas por conveniados e percentuais:

Nível	Unid .	Órgãos	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total	%
Estaduais	1	(SEDUC/CE)	10	10	5	5	10		40	5,1%
	2	(SEE/AM)				50	59	50	159	20,1%
	3	(SEEDUC/RJ)	20	21	23	20	7		91	11,5%
	4	(SEE/AC)			5				5	0,6%
	5	(SEDUC/MT)			5				5	0,6%
	6	(SEE/ MG)	30	31	30	21		60	172	21,8%
	7	(SEE/PE)			20				20	2,5%
	8	(SEDUC/BA)				3			3	0,4%
Municipais	9	(SEMEC/Teresina)					3	2	5	0,6%
	10	(SMED/ BH)	10	10	10	10			40	5,1%
	11	(SME/Limeira, SP)		5	5				10	1,3%
	12	(SME/Recife)					5	5	10	1,3%
	13	(SME/ JF)	12		15				27	3,4%
Federal	14	(UFJF)	13	10	5	5	15	10	58	7,3%
	15	(UFV)				5			5	0,6%
	16	(IFPR)				9			9	1,1%
	17	MEC	5						5	0,6%
	18	(INEP)		10					10	1,3%
	19	(SETEC/MEC)		10	10				20	2,5%
Internacionais	20	Governo de Moçambique		9					9	1,1%
	21	Governo de Angola		1					1	0,1%
Instituições	22	(FADEPE)				5	5	5	15	1,9%
	23	Instituto Unibanco		5	5			1	11	1,4%
Franqueadas	24	Franqueadas	23	20	2		15		60	7,6%
		Total	123	142	140	133	119	133	790	
			15,6%	18,0%	17,7%	16,8%	15,1%	16,8%		

Fonte: Sanabio e Magaldi, 2014 e 2015

A ênfase central da proposta do PPGP/CAEd/UFJF, declarada à época na elaboração do seu APCN/CAPEs - Aplicativo para Propostas de Cursos Novos e implantada na execução do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, a partir de 2010, visou a potencializar os trabalhos científicos e técnicos (convênios de cooperação) desenvolvidos entre o CAEd/UFJF e as diversas Secretarias Estaduais e órgãos públicos no que se refere à educação básica e à educação pública.

Sendo assim, o curso destina-se a diretores de escolas públicas e técnicos dos órgãos de gestão da educação pública, em exercício, reservada uma parcela das vagas para o ingresso franqueado a candidatos interessados em exercer futuramente a profissão.

No intuito da comprovação da proposta e sua amplitude nacional, é importante resgatar a composição das turmas nos anos de 2010 a 2015. Para a composição da turma de 2010, o PPGP/CAEd/UFJF contou com o apoio das secretarias estaduais de Educação do Ceará, Rio de Janeiro e Minas Gerais, das secretarias municipais de Educação de Juiz de Fora e Belo Horizonte, do Ministério da Educação, da própria UFJF. Todas essas instituições estabeleceram vínculos com o programa para que seus servidores pudessem concorrer a vagas ao programa, além daquelas de franquia pública. Os gestores em exercício ingressaram no curso mediante seleção pública, atendidos os critérios fixados em convênio entre a UFJF e as secretarias de Educação das unidades da Federação com as quais o CAEd/UFJF mantém programas de cooperação técnica. A seleção da 1ª turma de 123 estudantes contou com a participação de cerca de 5.000 candidatos em todo o país. A turma de 2010 (1ª oferta) teve início em outubro de 2010.

Dando continuidade, novo processo seletivo foi realizado para o ingresso da turma de 2011. Dessa vez, foram selecionados 142 mestrandos, vinculados às Secretarias de Educação dos Estados do Ceará, Minas Gerais e Rio de Janeiro, dos Municípios de Belo Horizonte e Limeira; do Instituto Unibanco; do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP); gestores de escolas técnicas participantes do Programa Brasil Profissionalizado, vinculados à SETEC/MEC; técnicos do Ministério da Educação de Moçambique (9 profissionais); um técnico do Ministério da Educação de Angola, em intercâmbio do Programa PEC-PG/Capes e técnicos da UFJF, além de candidatos às vagas de franquia pública. O processo seletivo recebeu 3.050 inscrições deferidas. O aumento de vagas no segundo processo seletivo deveu-se ao aumento de demanda vinda principalmente ao convênio firmado com o Ministério da Educação de Moçambique, ao ingresso de aluno pelo PEC-PG/Capes e a novas demandas de Secretarias de Educação. Cabe, aqui, ressaltar, que o aumento no número de vagas foi submetido e aprovado pelo colegiado do curso, e com início em setembro de 2011.

No processo seletivo para o ingresso da turma de 2012 foram selecionados 140 estudantes, vinculados: às Secretarias de Educação dos Estados do Ceará, Minas Gerais, Pernambuco, Acre, Mato Grosso e Rio de Janeiro, dos Municípios de Juiz de Fora, Belo Horizonte e Limeira; do Instituto Unibanco; gestores de escolas técnicas participantes do Programa Brasil Profissionalizado, vinculados à SETEC/MEC; e da Universidade Federal de Juiz de Fora, além de candidatos às vagas de franquia pública. O processo seletivo recebeu 2.259 inscrições, sendo 1.271 deferidas, com início em julho de 2012.

A quarta turma (2013) que iniciou suas atividades em julho de 2013, selecionando 133 estudantes de mestrado, em processo seletivo que concorreram 1.187 candidatos originários das Secretarias Estaduais de Educação do Amazonas, Bahia, Ceará, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Compondo o quadro de candidatos adicionam-se gestores e técnicos da Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte/MG. A presente turma do PPGP/CAEd/UFJF recebeu, também, candidatos da Universidade Federal de Viçosa (UFV), do Instituto Federal

do Paraná (IFPR), da própria Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e da Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão (FADEPE).

A quinta edição (turma 2014), iniciada em agosto de 2014, selecionou 119 mestrandos da Secretaria de Estado de Educação do Ceará (SEDUC/CE), Secretaria de Estado de Educação do Amazonas (SEE/AM), Secretaria Municipal de Educação de Teresina (SEMEC/Teresina), Secretaria de Educação da Prefeitura Municipal de Recife (SME/Recife), Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC/RJ), Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão (FADEPE) e Franqueadas (público em geral).

Para sexta turma (2015), que se inicia em agosto de 2015, foram abertas 133 vagas, com processo seletivo no mês de junho e julho de 2015, destinadas para estados, municípios e instituições conveniados, sendo: Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE/MG): 60 vagas; Secretaria de Estado de Educação do Amazonas (SEDUC/AM): 50 vagas; c) Secretaria de Educação da Prefeitura Municipal de Recife (SME/Recife): 5 vagas; Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF): 10 vagas; Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão (FADEPE): 5 vagas; Secretaria de Educação da Prefeitura Municipal de Teresina: 2 vagas; e Instituto Unibanco: 1 vaga.

Cabe, ainda, explicar que todos os processos seletivos para PPGP/CAEd/UFJF dá-se por meio de Edital Público, com ampla divulgação. O processo seletivo é composto por provas objetivas e dissertativas. Em todas as edições, as provas foram aplicadas em diversas capitais e cidades nos Estados objetivando atender às demandas dos convênios e ampliar a participação dos candidatos.

Para todos os mestrandos selecionados, os órgãos conveniados com a UFJF asseguraram as condições de atendimento ao curso, como: transporte e manutenção do profissional durante o período das atividades presenciais em Juiz de Fora/MG, inclusive com liberação de suas obrigações funcionais.

Considerações finais

Resgatamos um questionamento e uma, por assim dizer, profecia de Mora Castro (2005, p. 17):

“Não obstante, o que está freando o desenvolvimento do mestrado profissional é a sua estrutura atrelada à PG acadêmica que lhes tira a vida própria e os converte em prêmios de consolação ou mendigos, no Olimpo dos cursos acadêmicos. A estrutura presente condena os mestrandos profissionais a uma mímica da vida acadêmica e da pesquisa “científica” totalmente inapropriada para sua índole profissional.”

O PPGP/CAEd/UFJF vive e convive no mundo da UFJF, com um corpo docente na sua essência acadêmico e atrelado nas métricas de produção científica impostas pelos critérios de avaliação da área da Educação, pautados pela CAPES. O desejo de desatrelar é latente e forte, mas o macro sistema é poderoso e global. Por outro lado, a multidisciplinaridade do corpo docente é um fator positivo, requerendo, por sua vez, um esforço importante na coordenação e na sua gestão.

Contudo, a sua inovação pedagógica, seja na oferta de disciplinas online/presencial, de um trabalho final que dá privilégio ao estudo de caso e por consequência um Plano Ação Educacional (Plano de Intervenção), com modelagem diferenciada dos mestrandos acadêmicos, da experiência do CAEd no relacionamento imbricado com as redes de ensino nos níveis federal, estadual e municipal e da amplitude, em larga escala, da formação das turmas por 24 instituições, em um breve período de existência, podem ser indicações de uma história de sucesso nos MPs, e quem sabe, um “caso de gestão” para ser estudado e detalhado. Não para ser modelo, mas para parametrizar as mudanças propagadas por Fischer (2005) e Moura Castro (2005), entre outros tantos que discutem o tema.

Pode-se resumir a citação de *Pardim, e Maccari (2014)*, ao entrevistar a Profa. Dra. Beatriz de Basto Teixeira, Vice-Coordenadora, à época, quando da realização do trabalho sobre o PPGP/CAEd/UFJF:

“A entrevistada demonstra muito entusiasmo ao falar sobre o curso, uma vez que, além da relevância da temática, a semipresencialidade fez com que muitos alunos pudessem ter acesso a ele. Outro ponto destacado foi a possibilidade de formar-se em serviço, aliando teoria e prática.”

O PPGP/CAEd/UFJF é recente, jovem e inovador, com um longo caminho, um futuro desafiador e que busca uma *práxis* de convivência entre o mundo acadêmico e profissional, que transforma “*tão longe em tão perto*”.

REFERENCIAS

BARROS, Elionora Cavalcanti, VALENTIM, Márcia Cristina e MELO, Maria Amélia Aragão. O debate sobre o mestrado profissional na Capes: trajetória e definições. Revista Brasileira de Pós-Graduação, Brasília, v. 2, n. 4, p. 124-138, jul. 2005.

BELLONI, Maria Luiza. Educação a distância. Campinas: Editora Autores Associados, 2009.

BORGES, Eliane Medeiros. No lugar da distância, presenças: formação de professores nas redes digitais. In: BRUNO, Adriana Rocha. Tem professor na rede. Juiz de Fora, Editora da UFJF, 2010.

CAEd. Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação. <http://institucional.caed.ufjf.br/>, 2015

CAPES. Sistema Nacional da Pós-graduação. Disponível em: <<http://contudoweb.capes.gov.br/contudoweb/ProjetoRelacaoCursosServlet?acao=pesquisarAreaAvaliacao>>. Acesso em: 03/04/2015>, 2015

FISCHER, Tânia. Mestrado profissional como prática acadêmica. Revista Brasileira de Pós-Graduação, Brasília, v. 2, n. 4, p. 24-29, jul. 2005.

MOURA Castro, Cláudio. A hora do mestrado profissional. Revista Brasileira de Pós-Graduação, Brasília, v. 2, n. 4, p. 16-23, jul. 2005.

PARDIM, Vanessa Itacaramby e MACCARI, Emerson Antônio. A educação on-line na pós-graduação stricto sensu: a experiência de um Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, Revista Brasileira de Pós-Graduação, Brasília, v. 11, n. 24, 2014.

PPGP/CAEd/UFJF. Ambiente Virtual de Aprendizagem, disponível em: <http://www.ppgp2014.caedufjf.net/>, 2015

PRETI, Oreste. Produção de Material Didático Impresso: Orientações Técnicas e Pedagógicas. Cuiabá: UAB/UFMT, 2010.

SANABIO, Marcos Tanure; MAGALDI, Juliana Alves (Org.). Relatório Sucupira – 2013, Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, Juiz de Fora, CAEd/UFJF, 2014

SANABIO, Marcos Tanure; MAGALDI, Juliana Alves (Org.). Relatório Sucupira – 2014, Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, Juiz de Fora, CAEd/UFJF, 2015.